

**LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO UNIVERSITÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO**

JOÃO RICARDO SOARES DE PAIVA

**ESTRATÉGIA CORPORATIVA NA ÓTICA DA GESTÃO DE INVESTIMENTO E
DESINVESTIMENTO FINANCEIRO: UM ESTUDO DE CASO NUMA EMPRESA
CONSTRUTORA DE PARQUES EÓLICOS.**

**NATAL/RN
2014**

JOÃO RICARDO SOARES DE PAIVA

**ESTRATÉGIA CORPORATIVA NA ÓTICA DA GESTÃO DE INVESTIMENTO E
DESINVESTIMENTO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE UMA EMPRESA
CONSTRUTORA DE PARQUES EÓLICOS.**

Monografia apresentada ao Centro Universitário do Rio Grande do Norte – UNIRN, como parte dos requisitos para produção do Trabalho de Conclusão de Curso de bacharel em Administração.

Orientador: Profº Márcio Carvalho Brito.

**NATAL/RN
2014**

Catálogo na Publicação – Biblioteca do UNI-RN
Setor de Processos Técnicos

Paiva, João Ricardo Soares de.

Estratégia corporativa na ótica da gestão de investimento e
desinvestimento financeiro : um estudo... / João Ricardo Soares de Paiva.
– Natal, 2014.

51 f.

Orientador (a): Prof. Me. Márcio Carvalho Brito.

Monografia (Graduação em Administração) – Centro Universitário do
Rio Grande do Norte.

1. Administração - Monografia. 2. Estratégia Corporativa - Monografia.
3. Indicadores Financeiros - Monografia. I. Brito, Márcio Carvalho. II.
Título.

RN/UNI-RN/BC

CDU 658.8

BIBLIOTECA UNI-RN

658.8 P142e - RB: 37689 (M002196)

Título: Estratégia corporativa na ótica da ...

Autoria: Paiva, João Ricardo Soares de
2014, ex. 1

JOÃO RICARDO SOARES DE PAIVA

**ESTRATÉGIA CORPORATIVA NA ÓTICA DA GESTÃO DE INVESTIMENTO E
DESINVESTIMENTO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE UMA EMPRESA
CONSTRUTORA DE PARQUES EÓLICOS.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Centro Universitário do
Rio Grande do Norte como requisito final
para obtenção do título de bacharel em
Administração.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Marcio de Carvalho Brito M. Sc
Presidente

Membro Examinador

Membro Examinador

Dedico este trabalho à minha noiva Jennifer, pois ela foi fundamental na minha caminhada. Aos amigos, pela compreensão nos momentos de minha ausência, e a todos que fazem parte da minha vida e que contribuíram para o meu amadurecimento.

AGRADECIMENTO

A Deus, pelo dom da vida, pela força e por ter me confortado nos piores momentos dos últimos anos, me iluminando na realização dos meus objetivos.

Aos meus pais, que apesar de não estarem comigo, sempre utilizaram de todos os recursos disponíveis para me educar, e principalmente pela contribuição que tiveram na minha formação como cidadão e homem de bem.

À minha noiva e grande amor Jennifer Lopes de Medeiros, pessoa essa que devo muito do que eu sou hoje, pois sempre esteve comigo nos momentos felizes, mas principalmente pela força e apoio nos momentos tristes que estivemos sujeitos.

Aos meus amigos, Eduardo Bezerra, Pedro Roberio e Pedro Rubens. Agradeço pela parceria que tivemos ao longo da graduação, os trabalhos apresentados no improviso, e principalmente pela amizade estabelecida nos últimos 04 anos.

Aos colegas adquiridos no decorrer destes quatro anos, pessoas que sempre me apoiaram e que tornaram essa jornada um pouco mais leve, compartilhando conhecimento e alegrias. Obrigada por tudo.

Aos professores, que me transmitiram novos conhecimentos, aos quais posso afirmar que hoje me tornaram um profissional melhor, um cidadão crítico e apaixonado por Administração. Não poderia deixar de cita-los: Marcos Jordão e o meu primeiro seminário apresentado, Professor Everton Rocha, Professor Adriano Macedo, Professor Flávio Emílio, Professor Franklin Marcolino, Professora Thereza Angélica e aos demais. Vocês foram imprescindíveis para minha formação acadêmica, em especial, ao meu orientador Prof. Márcio Carvalho. Muito obrigado!

A instituição UNIRN e a todos os que a compõe, revitalizando sempre a qualidade tão perceptível em todos os segmentos.

A todos, que de alguma forma, contribuíram para o meu crescimento acadêmico, pessoal e profissional.

“Você nunca sabe a força quem tem. Até que sua única alternativa se resuma a ser forte”.

(Johnny Depp)

RESUMO

O presente trabalho faz uma abordagem das estratégias utilizadas na ótica da gestão de investimentos e desinvestimento numa empresa do ramo de energia eólica, através de um estudo baseado na correlação entre indicadores contidos nas demonstrações financeiras dos últimos três anos. Os objetivos específicos passam pela identificação dos indicadores de desempenho, demonstração da estrutura do modelo financeiro utilizado na empresa, identificação as estratégias de tomada de decisão, além da verificação dos investimentos realizados pela empresa, comparando-os com alguns outros disponíveis no mercado. Caracterizando assim uma pesquisa bibliográfica e descritiva. A coleta de dados deu-se através da pesquisa documental. Por meio da análise dos dados, verificou-se a caracterização da estrutura financeira da empresa, por meio da análise dos indicadores contidos nas demonstrações financeiras. Através da análise dos indicadores partiu-se para abordagem das estratégias utilizadas no viés da gestão de investimentos, na qual se percebeu o perfil da empresa por meio das opções de investimentos realizados nos últimos três anos. Partindo das opções de investimentos analisados, onde obtiveram resultados satisfatórios, comparando as rentabilidades obtidas nos investimentos de renda fixa (CDB) e operações cambiais de importação, foi possível estabelecer correlações com entre os resultados e outros tipos de investimentos, verificando o êxito por parte da estratégia da empresa em investir em renda fixa, considerando sua necessidade de disponibilidades de recursos para suprir seu fluxo de caixa elevado e em curto prazo. A comparação entre investimento não visou apenas identificar o mais rentável, e sim o investimento que melhor se adequou aos objetivos traçados pela gestão corporativa da empresa. Dentre as análises comparativas realizadas, destacou-se o comparativo entre aplicação em CDB x Poupança, realizado por meio de gráficos com as taxas de remuneração dos últimos 03 anos, assim como a correlação com a taxa básica de juros SELIC e a inflação. O estudo apontou o CDB mais atrativo, observando o perfil da empresa, seus ganhos não operacionais tiveram significativo impacto nos indicadores como liquidez corrente, imediata e geral, além de contribuir com a redução do índice de endividamento da empresa.

Palavras-chave: Estratégia corporativa, investimentos, indicadores financeiros.

ABSTRACT

The present work is an approach of the strategies used in the view of investment management and divestment in a company the wind energy industry, through a study based on the correlation between indicators in the financial statements for the last three years. The specific objectives are the identification of performance indicators, demonstration of the structure of the financial model used in the company, identifying the decision-making strategies, than verification of the investments made by the company, comparing them with some others on the market. Featuring thus a bibliographic and descriptive research. Data collection was made through the documentary research. Through the analysis of the data showed the characterization of the financial structure of the company, through the analysis of the indicators in the financial statements. Through the analysis of indicators started to approach the strategies used in viable investment management, in which it was realized the company profile through investment options made in the last three years. Based on the investment options analyzed, where satisfactory results, comparing the yields obtained in the fixed income investments (CBD) and exchange import operations it was possible to establish correlations with the results and other types of investments, checking the success by company's strategy to invest in fixed income, considering their need for resource availability to meet its high cash and short-term flows. The comparison of investment aimed not only to identify the most profitable, but the investment that best suited the goals set by the corporate management of the company. Among the comparative analyzes, the highlight was the comparison between application CBD x Savings achieved through graphics with the last pay rates 03 years, as well as the correlation with the SELIC base interest rates and inflation. The study found the most attractive CBD, noting the company's profile, its non-operating income had a significant impact on indicators such as current ratio, immediate and general, besides contributing to the reduction of the company's debt ratio.

Keywords: corporate, investment, financial indicators.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Países com maior capacidade instalada Eólica (MW).....	12
Gráfico 2 – Histórico Preço da Energia Eólica.....	13
Gráfico 3 – Participação de fontes renováveis da matriz energética brasileira.....	18
Gráfico 4 – Capacidade instalada Eólica mundial.....	21
Gráfico 5 – Rendimento CDB.....	35
Gráfico 6 – Comparação CDB x inflação.....	36
Gráfico 7 – Taxa anual CDI x inflação.....	36
Gráfico 8 – Comparativo CDB x Poupança.....	37
Gráfico 9 – Comparativo importação.....	40
Gráfico 10 – Índice de liquidez corrente.....	40
Gráfico 11 – Índice de liquidez imediata.....	41
Gráfico 12 – Índice de liquidez geral.....	42
Gráfico 13 – Índice de endividamento.....	43
Gráfico 14 – Índice de solvência geral.....	43
Quadro 1 – Fontes de energia	17
Quadro 2 – Adaptação dos níveis de decisão.....	22
Quadro 3 – Parâmetros.....	27
Quadro 4 – Investimentos.....	31
Quadro 5 – Comparativo de rentabilidade.....	33
Figura 1 – As cinco forças de Porter (1986).....	20

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA.....	15
1.2 OBJETIVOS.....	14
1.2.1 Objetivo geral.....	14
1.2.2Objetivos específicos.....	14
1.3 JUSTIFICATIVA.....	14
2 REFENCIAL TEÓRICO.....	17
2.1.1 CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA E DO MERCADO DE RENOVÁVEIS (EÓLICA).....	17
2.1.2 AS CINCO FORÇAS DE PORTER.....	19
2.1.3 Níveis de decisões na empresa	22
2.1.4 Objetivo do Administrado.....	22
2.2 Fluxo de Caixa Financeiro.....	23
2.3 DINÂMICA DAS DECISÕES FINANCEIRAS.....	23
2.3.1 RELAÇÃO RISCO RETORNO.....	25
2.3.2 Ativos Financeiros.....	26
2.4 Indicadores Econômicos Financeiros.....	27
3 METODOLOGIA.....	28
3.1 TTIPO DE PESQUISA.....	28
3.2 UNIVERSO DE AMOSTRA.....	28
3.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	29
4 ANÁLISE DE DADOS.....	30
4.1 A EMPRESA.....	30
4.1.1.Tipos de investimentos.....	31
4.1.2 Investimento em renda fixa (CDB).....	34
4.1.3 Investimento em ações.....	38
4.1.4. Investimento em operação de câmbio.....	39
4.2. Liquidez corrente.....	40
4.2.1.Liquidez imediata.....	40
4.2.2.Liquidez geral.....	42
4.2.3.Endividamenro.....	43
4.2.4 Solvência geral.....	43

4.3 Estratégia de desinvestimento.....	44
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
6 REFERÊNCIAS.....	46
7 ANEXOS.....	48

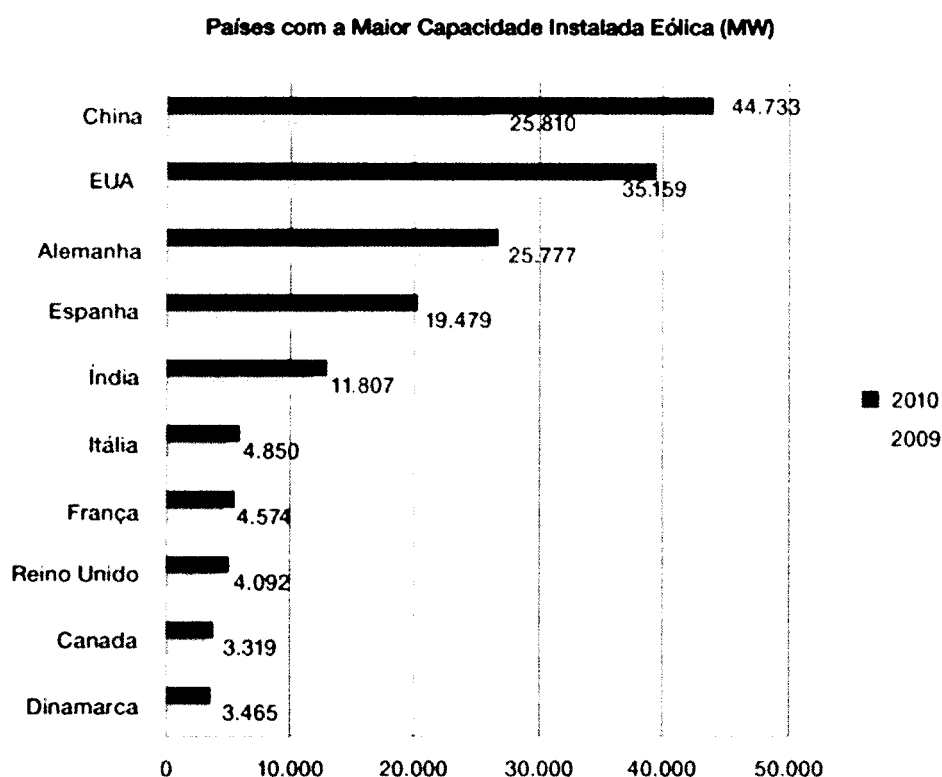
1. INTRODUÇÃO

Grande parte da energia elétrica gerada no Brasil advém das hidrelétricas constituídas ao longo de décadas. Essa geração da matriz elétrica do país é caracterizada em suma como fonte hídrica, haja vista que cerca de 90% da energia gerada é oriunda de hidroelétricas de grande porte. Segundo dados do Brasil businessreview a capacidade geradora de energia elétrica correspondia até meados de 2011, a marca de 114.700 MW, analisando esses dados de forma comparativa significa o dobro da capacidade de um país como o México.

Além da fonte hídrica, o Brasil também possui termoelétricas, sendo esta fonte mais nociva, exercendo um papel secundário, utilizada apenas em períodos de seca, além disso, outras fontes de energia podem ser encontradas no Brasil como: petróleo, carvão mineral e os biocombustíveis, além de outras fontes tidas como secundárias como: gás natural e energia nuclear.

No início da década de 2000, uma grande seca assolou o Brasil, reduzindo os níveis nas barragens hidrelétricas do país, e desde então, enfrenta dificuldade em sua principal fonte energética (hídrica). A escassez de chuvas em partes geograficamente estratégicas do país, onde estão situadas as principais hidroelétricas, vem afetando os níveis dos reservatórios e culminando em boatos de racionamento de energia e apagões, além de ter afetado diretamente a economia local.

Esse é um problema que países desenvolvidos tentam evitar ao longo dos anos, através de geração de energia por meio das chamadas fontes renováveis, limpas e capazes de gerar energia para abastecer cidades e até mesmo centros importantes. Uma dessas fontes renováveis é a energia eólica, capaz de gerar grandes quantidades, através do ar.

Gráfico 01 – Países com a maior capacidade instalada Eólica (MW)

Fonte: WVEC 2010 - Wind Energy Report 2010

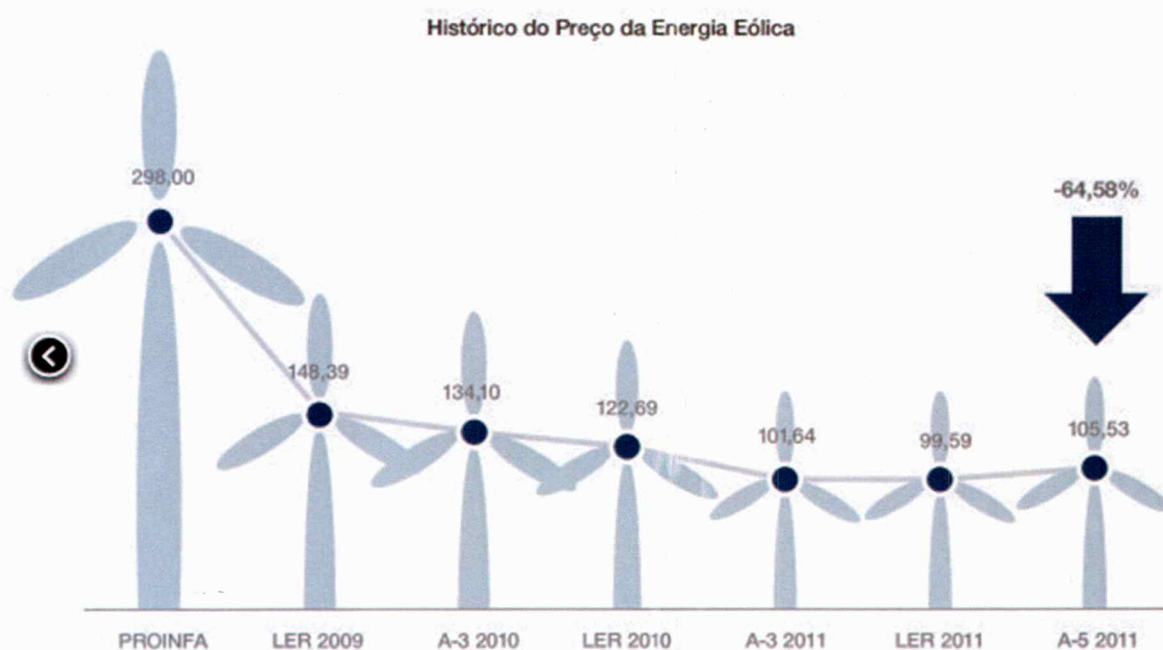
No Brasil, estudos indicaram o país como um dos maiores em potencial de geração eólica no mundo. Porém, enquanto países como China, Espanha e EUA investiam nessa nova fonte, o Brasil veio instalar o primeiro aerogerador em 1992, em Fernando de Noronha, conforme registros da Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Somente dez anos após (2002), foi que o governo federal finalmente elaborou um programa de incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), como o nome sugere, tal programa foi criado para incentivar a utilização de fontes alternativas, como a eólica. O registro do primeiro leilão da área se deu no ano de 2009, visando diversificar a matriz energética nacional, segundo o Ministério de Minas e Energia.

Nos últimos anos, a energia eólica no Brasil passou a ganhar notoriedade, porém mesmo com tanto potencial descoberto, alguns problemas foram detectados e apresentavam inviabilidades na exploração dessa fonte. A falta de infraestrutura e de tecnologia adequada, além da falta de empresas fabricantes dos aerogeradores no país, acarretou na elevação e praticamente inviabilidade em executar projetos nessa área. Porém o que parecia um fracasso político tornou-se um atrativo para empresas com capital estrangeiro, com a crise na pairando a Europa, os mercados

emergentes eram vistos como os “ovos de ouro”. Além da oportunidade percebida, outro fator diferencial favorecia o investimento de empresas estrangeiras: sua experiência e tecnologia em execução de projetos eólicos no mundo inteiro.

Nos últimos 5 anos, as empresas já instaladas nas regiões de atuação, principalmente no Nordeste (Rio Grande do Norte, Bahia, Ceará), já haviam implantado milhões de reias em investimentos de escritório, máquinas, equipamentos e fábricas instaladas no Brasil, o que culminou numa drástica redução do preço (MW/h) da geração de energia eólica, conforme gráfico abaixo:

Gráfico 02 – Histórico Preço da Energia Eólica



Fonte: Adaptado de CCEE

Essa redução do preço e a chegada de empresas com capital estrangeiro vêm ao logo dos últimos anos tornando o mercado eólico, um dos mais competitivos e acirrados da economia local. E como ferramenta de estratégia corporativa, as empresas construtoras e gestoras de parques eólicos precisam implantar políticas de investimentos capazes de administrar recursos financeiros de elevados valores e em curto prazo, com o objetivo de obtenção de resultados que auxiliem na alavancagem financeira, mas que seja parte fundamental na estratégia diferenciada de competitividade na execução de projetos, pois as empresas construtoras de parques eólicos precisam dentro do cenário atual extremamente competitivo, de ferramentas para aumentar seus lucros finais, além da gestão minuciosa dos recursos financeiros, afim de mate-los rentáveis e sem grandes riscos para serem

empregados a curto prazo em investimentos de novos projetos de construção dos parques.

Diante do exposto o projeto visa responder: quais as estratégias corporativas que melhor se aplicam na gestão de investimentos e desinvestimentos da empresa objeto deste estudo.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Analisar as estratégias de investimentos e desinvestimentos através de correlações entre indicadores.

1.2.2 Objetivos específicos

- Demonstrar a estrutura do modelo de gestão financeira utilizado na empresa em estudo;
- Identificar as estratégias de tomada de decisão dos investimentos;
- Verificar os investimentos em ativos fixos e de renda fixa (CDB);

Mostrar as melhores opções de investimentos com sobra de capital, considerando o fluxo de caixa total da empresa.

1.3 JUSTIFICATIVA

1.3.1 Social

As constantes mudanças no cenário econômico, político e cultural, oriundos principalmente do processo de globalização das últimas décadas, acarretaram também em mudanças na estrutura corporativa das organizações. A gestão administrativo-financeira passou a ser considerada vital para o árduo papel de manter as empresas em situação de competitividade no mercado, para tanto, o surgimento e aplicação por parte de grandes empresas do modelo de gestão econômica, trouxe uma nova formatação da visão da empresa.

A empresa passou a ser tratada como um todo, ou seja, não há centralização efetiva como no modelo de Taylor. Na conjuntura da gestão econômica cada setor é importante para a concretização da missão da empresa, isso significa afirmar que um só setor não é capaz de agregar valor à empresa, e sim todos os setores interligados por meio de sistemas, colaborando com objetivo final da organização.

Esses fatores só poderão ser compreendidos através de uma profunda análise histórica que passa pela contabilidade tradicional, teorias administrativas, evoluções tecnológicas, dentre tantos outros fatores que explicam ou embasam o presente estudo de caso.

Nesse contexto o objetivo é contribuir na compreensão das pessoas que visam ou já trabalham nessa área (administradores e futuros administradores) das estratégias de investimentos e desinvestimentos dentro das empresas, pautadas na adequada mensuração de risco e de seus ativos, assim como subsidia-los com estratégias que possibilitem ao tomador de decisão embasamento suficiente para escolha de determinado investimento ou desinvestimento.

1.3.2 Acadêmica

Tendo em vista a importância da gestão de investimentos e desinvestimentos numa organização nos dias atuais, tal pesquisa possibilitará a aplicação prática de ferramentas e conceitos adquiridos em sala de aula e em livros, sendo tal estudo passível de aplicabilidade e de base para novas pesquisas.

Além disso, este campo é sem dúvida um passo importante e diferencial para desenvolver estudos, pois sua visão contrapõe a ideia Taylorista de centralização e departamentização, conforme definição de Catelli, Parisi e Santos (2012, p;4) :

A visão holística consiste na visão da empresa como um todo sistêmico composto de elementos interdependentes e integrado na busca de um objetivo comum: a eficácia da organização {...} Na visão sistêmica, as tradicionais áreas funcionais são consideradas nas suas interações entre si e com o ambiente, mediante os subsistemas que compõem o todo sistêmico da organização.

Essa visão possibilita aos estudantes uma visão realista de uma empresa, logo seu estudo acrescentaria valiosos conhecimentos acerca da situação realista de uma organização (econômica), bem como servirá para incitar uma maior atenção e desenvolvimento de pesquisas sobre a visão econômica para tomada de decisão (investimentos).

1.3.3 Profissional

O estudo realizado tem o intuito de servir como embasamento teórico e prático com o objetivo de aplicabilidade na empresa analisada, na qual o autor é empregado, bem como documentar e criar relatórios das estratégias e meios de investimentos mais atrativos, assim como estabelecer uma análise comparativa dos últimos 02 anos, facilitando para os tomadores de decisão obter as informações necessárias (neste trabalho científico) para futuros investimentos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA ANALISADA

A empresa em análise, inscrita no CNPJ 14.993.343/0001-09, situada na Av. Engenheiro Roberto Freire possui sede social no RN e também atua no Rio Grande do Sul, e tem orgulho de operar nos dois estados que mais implantam Usinas Eólicas projetadas no Brasil, já que estes dois representam 45% de um total de 362 usinas. Sua gama de serviços inclui construção, renovação e demolição de edifícios, estradas e estruturas, além de sua especialização em obras Eólicas, fundações, e construções de grande porte que a credenciou como uma das pioneiras na execução de parques eólicos instalados na Espanha.

A partir das experiências e conhecimentos adquiridos no mercado espanhol, já que é o terceiro país do mundo em potência eólica, fez com que a empresa adquirisse uma equipe multidisciplinar com Técnicos Especializados em obra civil, energia eólica e meio ambiente, com isso oferece um serviço que engloba todas as fases relacionadas com o desenho e a implantação de Usinas Eólicas.

A equipe gestora da empresa iniciou suas atividades em projetos na área de energia eólica por volta de 2005, tendo em seu currículo 18 parques eólicos e 620 aerogeradores executados.

2.1.1 CARACTERIZAÇÃO DO MERCADO DE RENOVÁVEIS (EÓLICA)

Ao longo do tempo as sociedades são recarregadas através da energia tradicional, gerada por meio de fontes esgotáveis, ou seja, sua data de validade aproxima-se mediante sua intensa exploração. Os combustíveis fósseis (aqueles derivados do petróleo e do carvão mineral) são as denominadas fontes esgotáveis, caso não haja um consumo racional e diversificado.

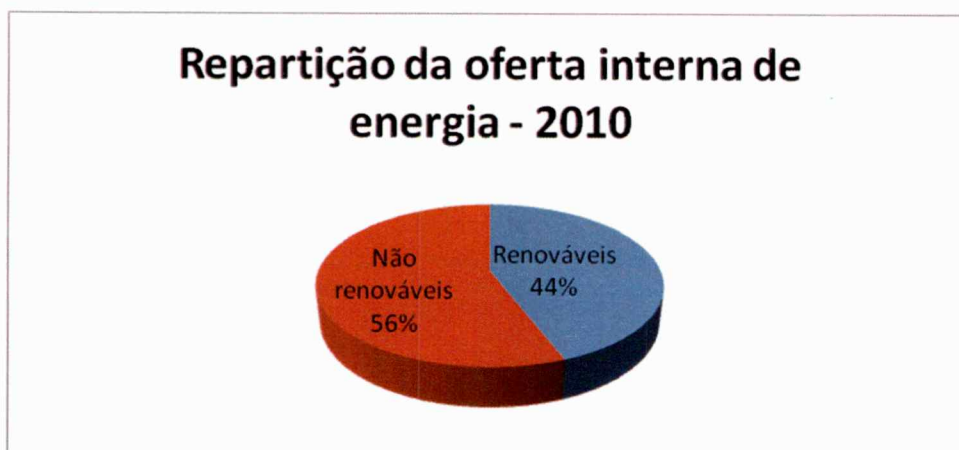
As fontes de energia são primordiais para o crescimento e desenvolvimento de uma nação. No Brasil, as principais fontes de energia são: energia hidroelétrica, petróleo, carvão mineral e os biocombustíveis, além de fontes utilizadas em menor expressão (gás natural e nuclear).

Quadro 01- Fontes de energia

Fonte	Tipo	Descrição
Petróleo	Não renovável	Utilizado através da produção de gasolina, óleo diesel e querosene, além de abastecer as usinas termoeletricas.
Hidroeletrica	Renovável	Principal fonte de energia utilizada para produzir eletricidade no país.
Carvão Mineral	Não renovável	Destinada para a geração de energia termelétrica e principal matéria-prima das indústrias siderúrgicas, porém o carvão mineral do Brasil não é de boa qualidade.
Gás Natural	Não renovável	Normalmente produzida em conjunto ao petróleo. Seu uso é predominantemente na produção de gás de cozinha, abastecimento de indústrias e usinas termoeletricas e na produção de combustíveis automotores.
Biocombustíveis	Renovável	Fontes implantadas recentemente no país. É oriundo de produtos vegetais (mamona, cana-de-açúcar, entre outros) Seu uso é amplamente defendido por se tratar de energia mais limpa e conseqüentemente, menos poluente ao meio ambiente. Os biocombustíveis mais utilizados no Brasil são: Etanol (álcool), Biogás e o Biodiesel.
Energia Nuclear	Não renovável	Gerada a partir do núcleo atômico e pode ser através da fusão ou fissão nuclear. No Brasil deu início nos projetos de Angra do Reis.
Energia Eólica	Renovável	Gerada a partir do vento, através de grandes hélices instaladas em áreas abertas e seus movimentos são convertidos em energia elétrica limpa e inesgotável, porém pouco utilizada ainda.

Fonte: Adaptação (www.mundoeducacao.com.br).

Gráfico 03 - Participação de fontes renováveis da matriz energética brasileira



Fonte: adaptação www.cartacapital.com.br (2014)

A energia eólica é a fonte de geração de energia elétrica que mais cresce no Brasil. Com o volume total de energia eólica contratado em 2013, contribuirá para a geração de mais de 70 mil empregos, R\$ 21,2 bilhões em investimentos, 8,5 milhões casas abastecidas e 4 milhões de toneladas de CO₂ evitadas, segundo dados da ABEEólica.

Em 2013, foram contratados 4,7 GW, o maior recorde de contratação em leilões. O potencial eólico brasileiro é estimado em 300GW e a expectativa do setor elétrico brasileiro é de contratar pelo menos 2,0 GW por ano até 2020, acrescentando, a partir de 2012, mais 20GW de energia eólica ao sistema, movimentando cerca de 50 bilhões.

2.1.2 AS CINCO FORÇAS DE PORTER

Para analisar as principais características do mercado local de energia eólica, no qual está inserida a empresa em estudo, fez-se necessário para melhor entendimento do segmento, apresentar o modelo das cinco forças de Porter (1986) como ferramenta que auxilia as influências do ambiente interno e externo do setor, assim como argumentar a partir desse contexto, as estratégias adotadas pela empresa em análise.

As cinco forças de Porter (1986) causam impacto sobre a lucratividade em um dado setor (...). Cada uma delas deve ser analisada em um nível de detalhamento considerável, pois para uma empresa desenvolver uma estratégia competitiva precisa estar em consonância com tal estrutura.

- As ameaças de novos entrantes;
- O poder de negociação dos fornecedores;
- O poder de negociação dos compradores;
- As ameaças de serviços substitutos;
- A rivalidade entre as empresas existentes.

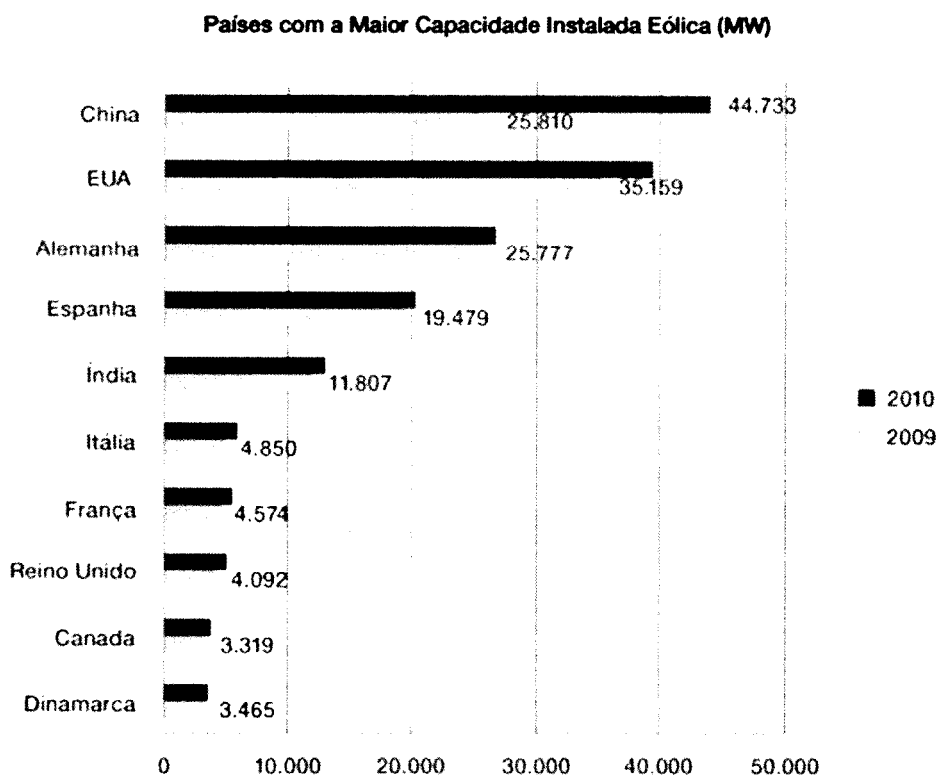
Figura 1 - As cinco forças de Porter (1986)



Fonte: <http://www.sgk.com.br/solucoes> (2014)

Convertendo as cinco forças de Porter (1986) para o setor da empresa em análise, teremos:

Entrantes Potenciais – Em virtude da entrada de investimentos estrangeiros no setor de energias renováveis (eólica) no Brasil em especial no estado do Rio grande do Norte, as principais empresas que ameaçam competir nesse mercado são justamente empresas estrangeiras, pois estas já estão habilitadas e habituadas na execução de parques eólicos, haja vista que enquanto o Brasil começou de fato a exploração dessa fonte de energia a partir dos anos 2000, de acordo com a brazilenergy (2010), em outros países da Europa e da Ásia já exploravam as fontes renováveis, dentre elas a eólica.

Gráfico 04 - Capacidade instalada eólica mundial

Fonte: WVEC 2010 - Wind Energy Report 2010

Fornecedores – O mercado de energia eólica tem como uma de suas características o fornecimento de insumos em quantidades elevadas se comparadas a outras atividades (aço, cimento, concreto, areia, etc). Para atender as demandas de um setor em pleno desenvolvimento é necessário que os fornecedores sejam empresas com vasta experiência e principalmente capacidade de atender a demanda. Em áreas com déficit de infraestrutura como é o caso de Rio Grande do Norte, fornecedores locais são “esmagados” pelos fornecedores de outras regiões que aos poucos veem se instalando no estado. Esses fornecedores habituados com demandas em alta escala, em outros centros mais desenvolvidos, não só atendem quase que totalmente o mercado local, como também em alguns insumos “extingue” qualquer empresa que tente competir no mercado eólico do estado, formando um monopólio que segundo a revista virtual de direito Brasil (2011):

Existem quando há um vendedor no mercado para um bem ou serviço (...) e quando há barreiras na entrada de empresas (...) estas barreiras protegem o vendedor da concorrência. Tal como no caso de concorrência perfeita os exemplos de monopólio na sua forma pura são raros, mas a teoria do monopólio elucida o comportamento de empresas que se aproximam de condições de monopólio puro. Ter o poder de monopólio significa simplesmente o vendedor ter algum controle sobre o preço do produto.

2.1.3 Níveis de decisões na empresa

Quadro 02 – Adaptação dos níveis de decisão

Níveis de Decisão	Objetivo	Alcance Temporal
ESTRATÉGICA	Relações da empresa com o meio ambiente	Médio ou longo prazo
ADMINISTRATIVA	Organização (interna) da empresa	Médio ou longo prazo
OPERACIONAL	Processo de produção (ou de transformação)	Curto ou médio prazo

Fonte: Adaptado e baseado em WOILER S & MATHIAS, W. F. *Projetos: planejamento, elaboração e análise*. São Paulo: Atlas, 1992. P.21 (2014)

2.1.4 Objetivo do Administrador

O Administrador é parte fundamental da empresa, além de sua qualidade de percepção do negócio como um todo e em seus subsistemas integrados. Com o passar do tempo e as mudanças nas organizações, à exigência de um perfil mais dinâmico e capaz de administrar e mensurar os riscos e oportunidades, além de gerir e controlar os recursos necessários para a manutenção e desenvolvimento das organizações, essas características vem sendo traços imprescindíveis nos dias atuais. Para comprovar esse cenário Donaldson *apoud* Zoratto (2008) realizou uma série de entrevistas com presidentes de empresas de grande porte e constatou:

Sobrevivência. A sobrevivência da organização pressupõe que os administradores sempre procurarão controlar recursos suficientes para evitar que a empresa deixe de existir. Independência e auto-suficiência. Trata-se da liberdade de tomar decisões sem dar satisfações a agentes externos ou depender de mercados financeiros externos.

Essas motivações influenciaram Donaldson na conclusão de que o objetivo em termos financeiros do administrador é a maximização da riqueza das empresas,

e tal riqueza é mensurada e controlada de forma efetiva; está intrínseca ao crescimento da organização. Essa riqueza, segundo Donaldson *apoud* Zoratto (2008) não é necessariamente o aumento da riqueza do acionista.

A riqueza da empresa tende a levar a crescimento maior mediante a destinação de recursos para crescimento e limitando o uso de capital próprio. Crescimento e tamanho maior não significam necessariamente o mesmo que aumento da riqueza do acionista.

2.2 Fluxo de caixa Financeiro

O fluxo de caixa de uma empresa é um dos mais importantes itens extraídos da demonstração financeira. Esta, também conhecida como demonstração contábil de fluxo de caixa, auxilia na explicação das aplicações financeiras e do saldo de caixa.

O fluxo de caixa da empresa consiste em calcular o *fluxo de caixa das operações* (...), o fluxo de caixa das operações é gerado pelas atividades da empresa, incluindo vendas de bens e receitas de prestação serviços. O fluxo de caixa das operações reflete o pagamento de impostos, mas não o financiamento da empresa, seus gastos de capital ou variações do capital de giro líquido.

Há vários tipos de fluxo de caixa que revelam a situação financeira da empresa:

Fluxo de caixa das operações: Se define por lucros antes mesmo de juros e da depreciação menos impostos, além de medir o volume de caixa oriundo das operações, sem considerar gastos de capital ou necessidades de capital de giro. Esse fluxo de caixa deve ser positivo, caso contrário à empresa entraria em dificuldades em caso de ser negativo (em longo prazo), simplesmente por não conseguir gerar importe suficiente para suprir os custos operacionais.

Fluxo total de caixa da empresa: Inclui ajustes em detrimento de gastos de capital bem como as variações do capital de giro líquido. Esse fluxo é constantemente negativo, principalmente quando uma empresa está passando por período de crescimento acelerado, onde seus gastos em ativos fixos e estoques superam os fluxos gerados pelas vendas de produtos e/ou serviços.

2.3 DINÂMICA DAS DECISÕES FINANCEIRAS

Segundo Assaf (2007, p.37) dentro do ambiente empresarial, a administração financeira é voltada:

Planejamento financeiro:

(...) procura evidenciar as necessidades de expansão da empresa, assim como identificar eventuais desastres futuros. Por meio do planejamento, ainda é possível ao administrador financeiro selecionar, com maior margem de segurança, os ativos mais rentáveis e condizentes com os negócios da empresa, de forma a estabelecer mais satisfatória rentabilidade sobre os investimentos;

Controle financeiro:

(...) se dedica a acompanhar e avaliar todo o desempenho financeiro da empresa. Análises de desvios que venham a ocorrer entre os resultados previstos e realizados, assim como propostas de medidas corretivas necessárias, são algumas das funções básicas da controladoria financeira;

Administração de ativos:

(...) deve perseguir a melhor estrutura, em termos de risco e retorno, dos investimentos empresariais, e proceder a um gerenciamento eficiente de seus valores. A administração dos ativos acompanha também as defasagens que podem ocorrer entre entradas e saídas de dinheiro de caixa, o que é geralmente associado à gestão do capital de giro;

Administração de passivos:

(...) se volta para a aquisição de fundos (financiamento) e o gerenciamento de sua composição, procurando definir a estrutura mais adequada em termos de liquidez, redução de seus custos e risco financeiro.

Ainda segundo Assaf (2007) baseando-se por essas funções financeiras mencionadas, em qualquer natureza operacional, uma organização é avaliada como tomadora de duas importantes decisões financeiras: **decisão de investimento** – aplicabilidade de recursos – e a **decisão de financiamento** – captar os recursos. Uma terceira decisão que dispões de alocação do resultado líquida da empresa, denominada de decisão de dividendos, realizado por último. Esse dividendo envolve necessariamente a distribuição de parte do lucro operacional aos respectivos acionistas, ou serve como custo de oportunidade para a manutenção desses recursos, com a percepção de ampliar os negócios.

Assaf (2007, p.38) afirma que as decisões financeiras das empresas são tomadas continuamente. O investimento, por exemplo, é a mais importante, e engloba todo o processo de identificação, avaliação e seleção das possibilidades de aplicação de recursos no intuito de geração de retorno econômico futuro. Essa decisão de investir envolve o risco da inexatidão do retorno futuro, ou seja, para que seja tomada, é necessária uma avaliação de risco-retorno.

Cada decisão de investimento incorre numa relação de criação de valor, a partir da constatação de que o retorno auferido ou esperado supera a taxa de exigibilidade (retorno) do capital empregado que pode ser dos acionistas ou de credores. Para Assaf (2007) essas decisões fazem parte do planejamento estratégico da empresa, sendo estes reflexos de planos futuros traçados para o desenvolvimento ou manutenção do negócio.

Ainda fomentando essa relação risco-retorno na hora da decisão de investimento, SOUZA e CLAMENTE (2001, p.19) afirmam:

A decisão de investir é de natureza complexa, porque muitos fatores, inclusive de ordem pessoal, entram em cena. Entretanto, é necessário que desenvolva um modelo teórico mínimo para explicar e prever essas decisões (...) a decisão de investir depende do retorno esperado: quanto maiores forem os ganhos futuros que podem ser obtidos de certo investimento, tanto mais atraente esse investimento parecerá para qualquer investidor.

Já as decisões de financiamento, preocupam fundamentalmente com a alternativa de melhor oferta de recursos, além da melhor proporcionalidade que deve ser mantida entre o capital próprio e o de terceiros. O principal objetivo dessa decisão está na determinação da melhor estrutura de financiamento da empresa, sem alterar sua capacidade de pagamento, além de dispor de fundos com redução de custo em relação ao retorno esperado pela aplicação.

2.3.1 RELAÇÃO RISCO RETORNO

Toda relação de risco-retorno envolvido num investimento carece de análise minuciosa por parte do administrador, nesse cenário o risco é considerado um custo sempre presente no mercado, devendo assim, quantificá-lo. Na área de finanças, o risco é a medida de incerteza ligada aos esperados retornos de investimentos. Para Assaf (2007, p.39) há dois importantes fatores determinantes sobre o grau de risco de um ativo: *volatilidade dos retornos e maturidade*.

A volatilidade exprime a frequência de flutuações verificadas em um fluxo de retornos e resultados futuros. Por exemplo, a sequência de taxas de retornos anuais do ativo A de, respectivamente, 8,9%, 8,7% e 8,6%, apresenta-se menos volátil (menor risco) que os resultados apresentados pelo ativo B, com taxas anuais de 8,2%, 10,0% e 14,4%, cuja flutuação é bem maior.

(...) fator determinante do risco é a maturidade do ativo, ou seja, o seu prazo de vencimento. Todo aplicador atribui maior valor ao dinheiro disponível hoje do que em alguma data futura. Quando um investimento é realizado sempre existe um risco de o aplicador não recuperar o capital aplicado. E

quanto maior se apresentar o seu prazo de recuperação financeira, mais alta se apresenta o risco da alternativa, devendo o investidor ser adequadamente remunerado pela incerteza.

Partindo do pressuposto que todo investimento deve contrapesar a heterocedasticidade oferecida. O ordenado pelo risco total de uma decisão financeira é formado de uma taxa isenta de risco, prometida por toda aplicação que assegura o retorno desejável (prometido), recompensando assim o risco atribuído.

Risco Total = Taxa Livre de Risco + Prêmio pelo Risco

Sendo assim, toda ação para tomada de decisão sobre um investimento é fomentada numa análise relacionando o retorno e o risco da operação. Porém, o fato é que os investimentos em suma não costumam ser a certeza e exatidão dos resultados futuros, estes podem ser altos ou baixos. O baixo risco pode ser identificado em investimentos onde a variação do resultado desejado não oscila muito, significa que a decisão tomada foi de risco reduzido. Assaf (2007) cita o exemplo de aplicações em títulos de renda fixa que normamente produzem retornos estáveis e previsíveis em relação aos retornos de ações, sendo assim, classificados como de menor risco.

Ainda seguindo o pensamento de Assaf (2007) as aplicações em ativos, cujo retorno é incerto, consequentemente mais volátil e sendo considerado um grau de risco superior (menos segura) em relação aos de renda fixa, assume um risco maior.

2.3.2 Ativos Financeiros

Os ativos financeiros que são negociados no mercado são classificados em três relações: renda, prazo e emissão.

Para Assaf (2007, p. 79) subentende um ativo como de “renda fixa” quando todos os rendimentos ofertados ao seu titular são conhecidos previamente, no momento de sua aplicação.

- a) Prefixados, quando os juros totais são definidos por todo o período da operação, independentemente do comportamento da economia;
- b) Pós-fixados, quando somente uma parcela dos juros é fixa (taxa real de juros), sendo a outra parte definida com base num indexador de preços contratado (IGP-M, TR, etc.).

2.4 Indicadores Econômico-Financeiros

No campo das análises financeiras, a contabilidade vem desempenhando papel cada vez mais notório, haja vista que através da apuração de índices econômico-financeiros é possível uma maior sustentação para tomada de decisão. Através do quadro abaixo podemos mensurar a importância.

Quadro 03 - Parâmetros

Liquidez Corrente		Liquidez Seca		Liquidez Geral	
Índice	Situação	Índice	Situação	Índice	Situação
> 1,50 < 2,00	Excelente	> 1,0 < 2,00	Excelente	> 1,0 < 2,00	Excelente
> 1,00 < 1,50	Boa	> 0,8 < 1,00	Boa	> 0,8 < 1,00	Boa
> 0,50 < 1,00	Regular	> 0,40 < 0,80	Regular	> 0,40 < 0,80	Regular
< 0,50	Ruim	< 0,40	Ruim	< 0,40	Ruim

Fonte: Apostila Indicadores Financeiros (OCB, p. 20 ano 2007).

A análise econômica nada mais é do que a avaliação de lucratividade e rentabilidade do desempenho de uma empresa. Estes indicadores são elementos que representam o conceito de análise de balanço, que auxiliam no processo de entendimento da situação da empresa, nos aspectos financeiros, rentabilidade e patrimonial. Para o professor da UNIP Márcio Maia “esses indicadores buscam evidenciar a condição da empresa de saldar suas dívidas e de sua estrutura de endividamento (...) são extraídos apenas do balanço patrimonial, razão por que são considerados indicadores estáticos”.

3 METODOLOGIA

A característica da pesquisa realizada é bibliográfica e descritiva, estabelecida por procedimentos de ordem bibliográfica e estudo de caso, utilizando uma abordagem problemática qualitativa. O método de coleta de dados será documental. Sendo definido Lakatos (2007, p.43):

A primeira constitui-se, em geral, no levantamento de dados no próprio local onde os fenômenos ocorrem. Esses dados podem ser conseguidos de duas maneiras: através de pesquisa de campo ou de pesquisa de laboratório. Ambas se utilizam das técnicas de observação direta intensiva (observação e entrevista) e de observação direta extensiva (questionário, formulário, medidas de opinião e atitudes técnicas mercadológicas). A segunda serve-se de fontes de dados coletados por outras pessoas, podendo constituir-se de material já elaborado ou não. Dessa forma, divide-se em pesquisa documental (ou de fontes primárias) e pesquisa bibliográfica (ou de fontes secundárias).

3.1 TIPO DE PESQUISA

Para esse estudo, foi utilizada a forma de averiguação sobre o determinado tema, conforme Severino (2002, p.183) reitere como sendo o trabalho científico na sua forma dissertativa “tem como objetivo demonstrar, mediante argumentos, uma tese, que é uma solução proposta para um problema, relativo a determinado tema”

Definida como defender uma ideia por meio de argumentos e explicações, a partir de um dado tema ou assunto, utilizando através da exposição do tema argumentos convincente que possam a partir da problemática estabelecer procedimentos para justificar sua posição ou suas considerações encontradas acerca do problema.

Quanto aos procedimentos, a tipologia de pesquisa deste trabalho está dividida etapas: pesquisa bibliográfica e estudo de caso.

3.2 UNIVERSO E AMOSTRA

O presente trabalho é um estudo de caso, já que se utiliza de informações, dados financeiros e contábeis da empresa em análise, através das contas contábeis dos últimos anos três anos, com base nisso, ter o embasamento necessário para justificar os resultados e montar a análise comparativa.

3.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

A coleta de dados se dará de forma documental. Já os dados contábeis e informações financeiras da empresa, serão obtidas, por meio dos balanços patrimoniais e demonstrativos de resultados dos últimos três exercícios, após a coleta será analisado a problemática e estabelecido ferramentas qualitativas e quantitativas, visando identificar os fenômenos particulares do segmento da empresa, assim como quantificar em planilhas do Excel, comparativos e cálculo dos melhores investimentos a ser fazer, considerando as particularidades da área/empresa.

4 ANÁLISE DE DADOS

Após análise efetuada, tendo como base informações obtidas nas demonstrações contábeis, financeiras e por parte da gestão, fornecidos pela empresa Iberobras Construção Civil e Empreitadas LTDA, referente aos exercícios 2012, 2013 e 2014 até o mês de outubro, buscou-se identificar por meio dos resultados, as estratégias utilizadas na gestão de investimentos e desinvestimentos, estruturando em um modelo de gestão financeira, além de comparar os resultados e tipos de investimentos, indicando o melhor viés, considerando seu fluxo de caixa.

4.1 A EMPRESA

Criada no Brasil em 2012 e com sede em Natal, a Iberobras Construção Civil e Empreitadas LTDA é uma sociedade limitada, que atua, diretamente na indústria da construção civil, com especialidade na construção de parques eólicos. Nova no Brasil, a empresa que se originou na Espanha, conta com uma trajetória de 30 anos e reconhecida por um amplo histórico de projetos executados, o grupo IBEROBRAS expandiu suas operações para os continentes: Sul americano, Africano, além do Europeu. A empresa iniciou no Brasil com a execução do Parque eólico Cassino I, II e III no estado do Rio Grande do Sul, tendo como objetivo satisfazer a necessidade de empresas especializadas na execução de contratos BoP para projetos de energias renováveis, especialmente na execução de Parques Eólicos Onshore e Usinas Solares.

A equipe gestora da IBEROBRAS já atua no mercado local desde 2005 e hoje já possui mais de 620 Aerogeradores em atividade, tendo inclusive realizado a execução do primeiro parque eólico no estado do Rio Grande do Norte.

Especialista em construção de parques eólicos, a empresa também atua nos serviços de Engenharia Civil (rodovias e urbanização), gestão integral da água com projetos de captação, redes de distribuição, estação de tratamento de água potável e águas residuais. Na área de energias renováveis sua especialidade é obra civil, BOP, redes de média tensão e subestação, o mesmo vale para energia solar.

4.1.1 Tipos de investimentos

Quadro 04 - Investimentos

Tipo	Aspectos
LCI (Letra de Crédito Imobiliário)	- Cobertura do FGC (até 250 mil por CPF e por instituição financeira) - Isenção de IR para pessoas físicas - Resgates antes do vencimento, ou antes, do prazo de carência não pagam juros. - Resgates podem ser feitos a partir de 60 dias (quando indexada ao CDI), a depender do contrato. - Aplicação inicial costuma exigir valores altos, geralmente a partir de 30 mil.
Fundos de DI	- Não há cobertura do FGC, mas o patrimônio do fundo pertence aos cotistas e está segregado aos ativos do banco. - Imposto de renda pela alíquota regressiva (22,5% a 15%). Há cobrança semestral de 15% sobre os ganhos ("come-cotas") - Normalmente, permite resgates em qualquer data sem perda de juros. - Aplicação inicial: em geral, quanto maior o valor, menor a taxa, o que implica em maior rentabilidade.
CDB-DI (Certificado de Depósito Bancário – DI)	- Cobertura do FGC (Até R\$ 250 mil por CPF e por instituição financeira) - Imposto de renda pela alíquota regressiva (22,5% a 15%) - CDBs com carência apresentam restrições nos resgates antecipados, porém costumam oferecer melhor rentabilidade. CDB com liquidez diária não apresentam restrições nos resgates, mas tendem a oferecer menor rentabilidade. - Aplicação inicial: em geral, quanto maior o valor, melhor a rentabilidade.
LTF (Letra Financeira do Tesouro)	- Título público federal indexado à taxa Selic - Pessoas físicas podem comprar ou vender este título através do Tesouro Direto - Vendas feitas pelo investidor são realizadas apenas às quartas feiras - É necessário ter conta em corretora para negociar - Imposto de renda pela alíquota regressiva (22,5% a 15%)

Poupança	- Refere-se aos depósitos realizados a partir do dia 04/05/2012 - Cobertura do FGC (até R\$ 250 mil por CPF e por instituição financeira) - Isenção de imposto de renda - Aceita aplicações de valor baixo
-----------------	---

Fonte: Adaptação do site <http://www.minhaseconomias.com.br> (2014)

O mercado possui em cartela diversifica de investimentos, porém em específico para empresa analisada, tendo como base suas características particulares, o setor de energias renováveis e principalmente o fluxo de caixa da empresa, os tipos de investimentos que se aplicam ao perfil da Iberobras têm como fatores: O baixo risco e em curto prazo, uma vez que a empresa apresenta valores de saídas bastante elevadas e periodicamente, tendo sempre a necessidade de recursos para efetuar os pagamentos a fornecedores.

Com os dados obtidos e analisados, fluxo de caixa, DRE e Balanço patrimonial, notou-se uma grande necessidade de captação de recursos de imediato, uma vez que os pagamentos aos credores são realizados semanalmente, ou seja, aplicando os recursos disponíveis em fundos de renda fixa, sem dúvida, é ideal para o tipo de negócio e características da Iberobras.

Quadro 05 – Comparativo de rentabilidade

Meses de investimento		1	1,5	3	4,5	6	12	18	24	30	36
Alíquota de Imposto de Renda		22,5%	22,5%	22,5%	22,5%	20,0%	17,5%	17,5%	15,0%	15,0%	15,0%
Poupança nova		0,60%	0,60%	1,81%	2,41%	3,64%	7,42%	11,34%	15,39%	19,60%	23,96%
LCI/LCA	95,0%	0,84%	1,26%	2,53%	3,82%	5,12%	10,51%	16,17%	22,12%	28,37%	34,95%
	94,0%	0,83%	1,24%	2,50%	3,78%	5,07%	10,39%	15,99%	21,86%	28,04%	34,53%
	93,0%	0,82%	1,23%	2,48%	3,74%	5,01%	10,28%	15,80%	21,61%	27,70%	34,10%
	92,0%	0,81%	1,22%	2,45%	3,70%	4,96%	10,16%	15,62%	21,35%	27,37%	33,68%
	90,0%	0,79%	1,19%	2,39%	3,61%	4,85%	9,93%	15,26%	20,84%	26,70%	32,84%
	88,0%	0,77%	1,16%	2,34%	3,53%	4,74%	9,70%	14,89%	20,33%	26,03%	32,00%
	86,0%	0,76%	1,14%	2,29%	3,45%	4,63%	9,47%	14,53%	19,83%	25,37%	31,17%
	85,0%	0,75%	1,12%	2,26%	3,41%	4,57%	9,35%	14,35%	19,58%	25,04%	30,76%
	84,0%	0,74%	1,11%	2,23%	3,37%	4,52%	9,24%	14,17%	19,33%	24,72%	30,35%
	82,0%	0,72%	1,08%	2,18%	3,29%	4,41%	9,01%	13,81%	18,83%	24,06%	29,53%
	80,0%	0,70%	1,06%	2,13%	3,21%	4,30%	8,78%	13,45%	18,33%	23,41%	28,71%
Fundo DI (tx. adm.)	0,5%	0,68%	1,03%	2,07%	3,13%	4,33%	9,17%	14,14%	19,96%	25,64%	31,63%
	1,0%	0,65%	0,98%	1,97%	2,98%	4,12%	8,72%	13,42%	18,92%	24,27%	29,90%
	1,5%	0,62%	0,93%	1,87%	2,83%	3,91%	8,27%	12,71%	17,90%	22,93%	28,21%
	2,0%	0,59%	0,88%	1,78%	2,68%	3,71%	7,83%	12,01%	16,89%	21,61%	26,56%
	2,5%	0,56%	0,84%	1,68%	2,53%	3,50%	7,39%	11,32%	15,90%	20,32%	24,93%
	3,0%	0,52%	0,79%	1,58%	2,39%	3,30%	6,95%	10,64%	14,92%	19,05%	23,34%
	3,5%	0,49%	0,74%	1,49%	2,24%	3,10%	6,52%	9,97%	13,96%	17,79%	21,78%
	4,0%	0,46%	0,69%	1,39%	2,10%	2,90%	6,09%	9,30%	13,01%	16,56%	20,24%
	4,5%	0,43%	0,65%	1,30%	1,95%	2,70%	5,66%	8,64%	12,07%	15,35%	18,74%
	5,0%	0,40%	0,60%	1,20%	1,81%	2,50%	5,25%	7,99%	11,15%	14,16%	17,26%
CDB	105%	0,72%	1,08%	2,17%	3,28%	4,54%	9,63%	14,86%	21,01%	27,02%	33,38%
	102%	0,70%	1,05%	2,11%	3,18%	4,41%	9,34%	14,40%	20,34%	26,14%	32,27%
	100%	0,68%	1,03%	2,06%	3,12%	4,32%	9,15%	14,10%	19,90%	25,56%	31,53%
	98%	0,67%	1,00%	2,02%	3,05%	4,23%	8,96%	13,79%	19,46%	24,98%	30,80%
	95%	0,65%	0,97%	1,96%	2,96%	4,10%	8,67%	13,34%	18,80%	24,12%	29,71%
	90%	0,61%	0,92%	1,86%	2,80%	3,88%	8,19%	12,59%	17,72%	22,69%	27,91%
	85%	0,58%	0,87%	1,75%	2,64%	3,66%	7,72%	11,84%	16,64%	21,29%	26,15%
	80%	0,55%	0,82%	1,65%	2,48%	3,44%	7,24%	11,10%	15,58%	19,90%	24,41%
LFT (tx. corret.)	0,00%	0,67%	1,00%	2,02%	3,04%	4,22%	8,92%	13,74%	19,38%	24,89%	30,68%
	0,25%	0,65%	0,98%	1,97%	2,97%	4,11%	8,70%	13,38%	18,86%	24,20%	29,81%
	0,50%	0,63%	0,95%	1,92%	2,89%	4,01%	8,47%	13,03%	18,35%	23,52%	28,96%

Fonte: <http://www.minhaseconomias.com.br/blog/investimentos/poupanca-x-lci-x-fundo-di-x-cdb-di> (2014)

A figura acima demonstra comparativos de alguns investimentos para com a poupança, destacando a rentabilidade por período (1 a 36 meses). Para facilitar a comparação, os valores em fundo verde escuro apresentam rendimento superior ao CDI. Já em verde claro, estão aqueles que renderam mais do que a poupança, porém menos do que o CDI, considerando o mesmo prazo de investimento. As rentabilidades apresentadas são nominais (sem descontar a inflação) e líquidas de imposto de renda.

Analisando as informações, um ponto importante a destacar é que tanto a LCI quanto a LCA rendem mais do que a poupança mesmo a uma taxa de 80% do CDI. Assim, porém normalmente este tipo de investimento requer retirada mínima a partir de 60 dias (dependendo do contrato), observado isso, torna-se mais viável investir em LCI do que na poupança. Da mesma forma, o investimento em Tesouro Direto (LFT).

O mesmo é válido para o CDB, comparando com a poupança a rentabilidade só não é superior em 07 oportunidades, quando a remuneração da taxa de CDI é ofertada entre 80% e 85% pelas instituições financeiras. Nos demais cenários com remuneração até 100%, investir em CDB é mais rentável do que a poupança, e acima de uma remuneração de 100%, o CDB não só supera a poupança, como também a própria taxa de CDI.

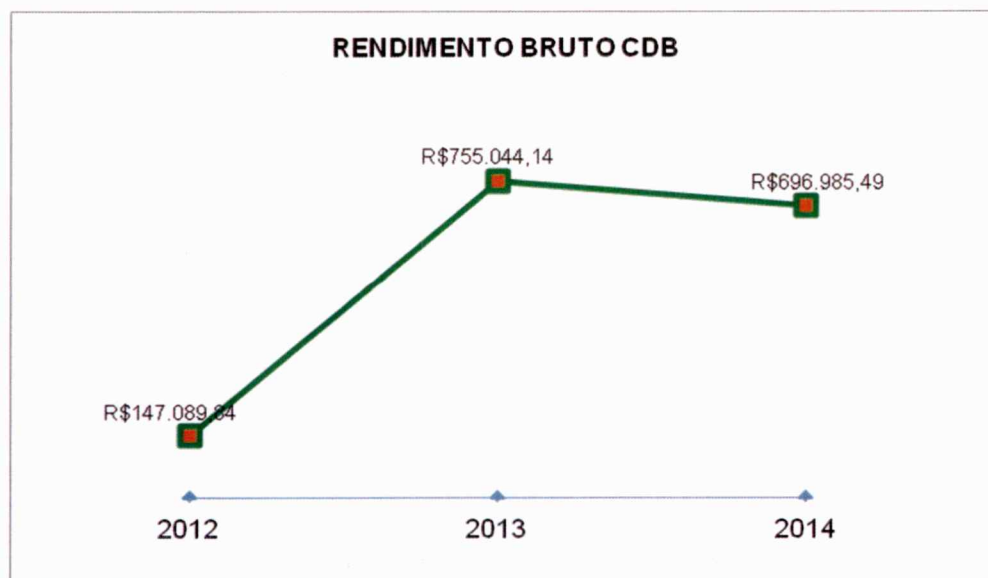
Nesse aspecto a empresa analisada trabalha com quase 100% de seus investimentos em renda fixa (CDB), tendo como justificativa as seguintes estratégias:

- Relacionamento de longo prazo com um determinado banco, possibilitando taxas e benefícios atrativos e acima do ofertado no mercado;
- Necessidade de captação de recursos em curto prazo;
- Facilidade em captação de todos os recursos, em casos excepcionais, possível apenas pela não diversificação dos investimentos;
- Constante negociação com instituição financeira para conseguir aumento da remuneração da CDI a cada nova aplicação financeira;

4.1.2 Investimento em renda fixa (CDB)

Justificando as estratégias utilizadas pela Iberobras, a gráfico abaixo demonstra o retorno dos investimentos realizados nos últimos 03 anos, sendo considerado, inclusive o ano de 2014 até a competência 10/2014.

Gráfico 05 – Rendimento CDB

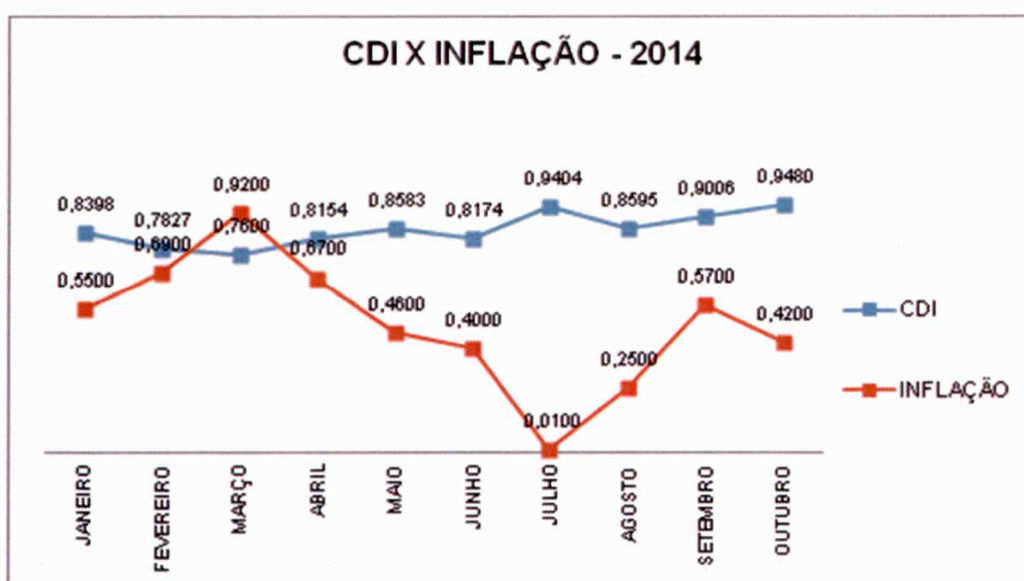


Fonte: Dados obtidos pelo extrato de investimento da Iberobras (2014)

Os juros mais elevados impulsionam a atratividade dos fundos de renda fixa, atualmente a SELIC – taxa básica de juros que guia a economia brasileira, tendo como aplicabilidade definir o piso de juros no país, utilizar-se-á como referência de juros para empréstimos e financiamentos. Isso significa que os bancos e instituições financeiras aplicam a SELIC como taxa de remuneração dos investimentos, inclusive os de renda fixa.

Atualmente o COPOM (Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil) responsável pela definição da taxa, elevou-a para 11,25%, basicamente como medida de prevenção ao controle da inflação. O fato é que com juros tão altos as aplicações em renda fixas ficam ainda mais atrativas. Uma aplicação que remunere acima de 85% sobre o CDI já se pode considerar interessante.

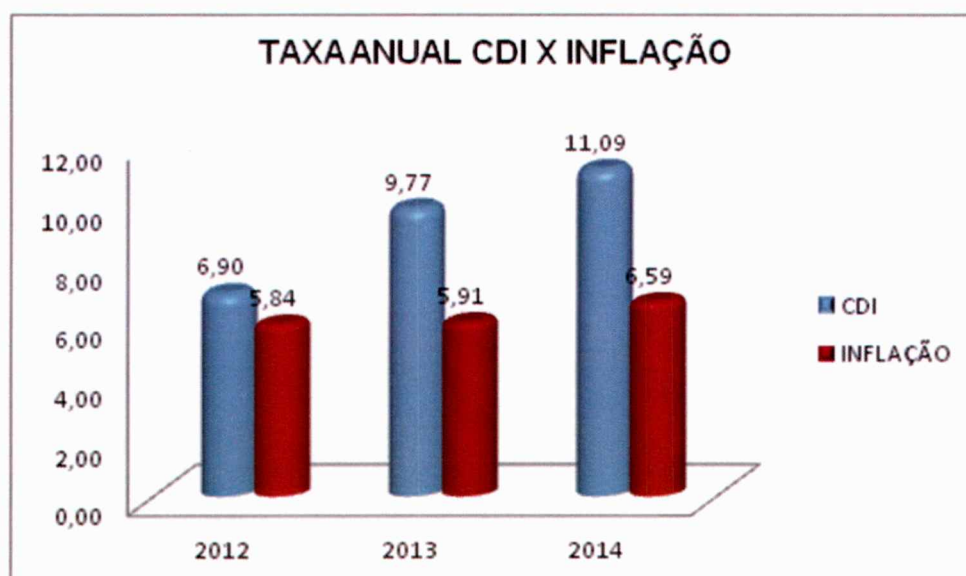
Gráfico 06 – Comparativo CDB x inflação



Fonte: Adaptação Portal de Finanças (2014)

O gráfico acima apresenta o comportamento da taxa de CDI e da inflação. É possível identificar que a taxa CDI pouco oscilou durante o ano atual, fato explicado pela taxa SELIC que se manteve relativamente estável, com variação inferior a 1%, tendo iniciado o ano de 2014 a 10,50 a.a e até o presente momento apontando 11,25% ao ano, segundo dados do Banco Central (2014).

Quadro 07 – Taxa anual CDI x inflação

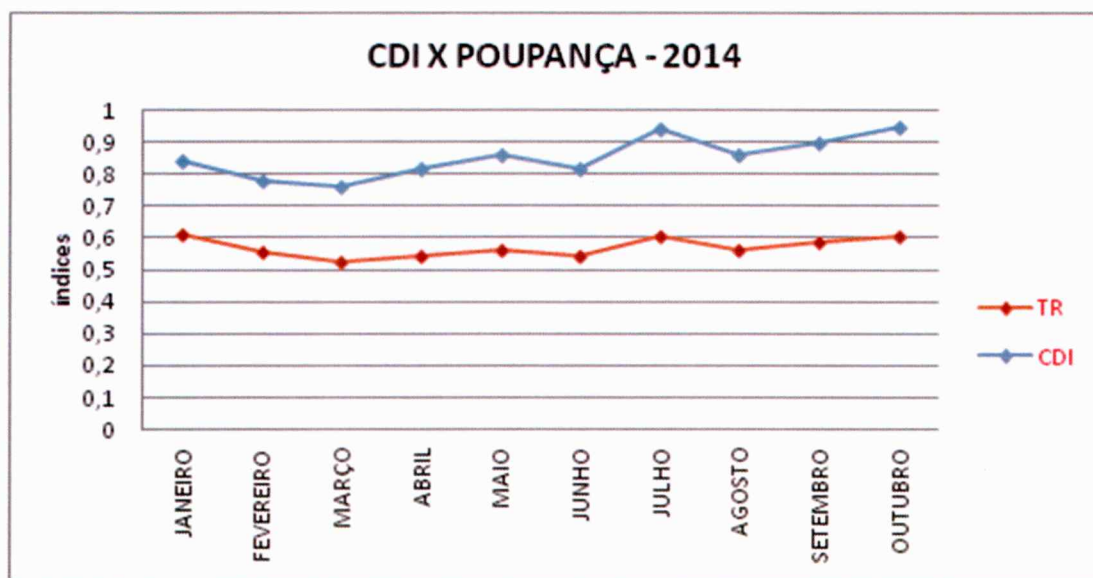


Fonte: Adaptado do Portal de Finanças (2014)

O histórico dos últimos 03 anos apresentado no gráfico acima, comprova a atratividade mínima do CDB, através da taxa de CDI, na qual é superior à taxa da inflação. Em 2012 foi o ano de menor margem entre as taxas, sendo 6,9% a taxa CDI e 5,84% de inflação, uma pequena diferença de pouco mais de 1%. Pode-se analisar que nesse período investir em renda fixa (CDB) não era tão atrativo como nos dias atuais – a explicação para essa remuneração tão baixa tem haver com a taxa SELIC do mesmo período que era de 7,25% e vinha de um histórico de 10 quedas consecutivas da taxa, com base nos dados do Banco Central do Brasil (2014).

Nos dois nos anos seguintes (2013/2014) com o aumento da SELIC – a taxa de CDI passa atingiu 9,77% em 2013, contra 5,91% de inflação, remuneração de 3,86% abatendo a inflação. Em 2014 até o mês de outubro a taxa de CDI ultrapassou os 11%, seguindo o recente aumento da SELIC, enquanto a inflação que vem crescendo em comparação com os anos anteriores já superou os 6,5%, inclusive superando a meta estabelecida pelo governo. Mesmo com a alta da inflação em 2014, o CDI ainda é 4,5% de “superávit”, tornando o CDB nesse ano, um dos investimentos mais atrativos para as empresa, culminando seu baixo risco ao seu retorno a curto e médio prazo.

Gráfico 08 – Comparativo CDB x Poupança



Fonte: Adaptado do Banco Central do Brasil (2014)

Antes da análise entre CDB e poupança e qual o mais atrativo, é importante explicar a nova forma de cálculo da poupança. Com base nas informações disponíveis no Banco Central do Brasil (2014). A remuneração básica é dada pela Taxa Referencial (TR) e como adicional, a remuneração correspondente a:

- a) 0,5 ao mês, enquanto a meta da taxa Selic ao ano for superior a 8,5%; ou
- b) 70% da meta da taxa Selic ao ano, mensalizada, vigente na data início do período de rendimento, enquanto a meta da taxa Selic ao ano for igual ou inferior a 8,5%.

Com a Selic mantida acima de 8,5% durante o ano de 2014, o gráfico acima aponta do início ao fim do período, uma taxa do CDB superior ao da poupança, sem grande oscilação. O 3º trimestre de 2014 e o início do 4º foi o período de maior diferença entre as taxas, chegando a 0,3442% a mais para o CDB.

Além disso, há de salientar que no caso do CDB há retenção do imposto de renda, podendo variar de 22,5% caindo para 15,0%, de acordo com o período de aplicação financeira. Mesmo com a dedução do imposto de renda, o CDB ainda é mais rentável que a poupança.

Com base no gráfico pode-se afirmar que investir na poupança na conjuntura atual é meramente para suprir o capital do abatimento da taxa de inflação, diferentemente do CDI, ainda mais se for remuneração acima de 100%.

4.1.3 Investimentos em ações

Numa perspectiva há longo prazo, uma alternativa de investimento para potencializar os ganhos é o mercado acionário, muito em função do seu histórico, no qual têm apresentado retornos superiores as aplicações de renda fixa, pois normalmente o crescimento do país, por meio do PIB – Produto Interno Bruto – impulsiona o crescimento econômico-financeiro das empresas, por meio do aumento no valor das receitas, consequentemente resultando no aumento do preço das ações e no lucro sobre a venda das mesmas (ANBID).

Porém, no cenário nacional atual, com uma provável recessão técnica da economia brasileira, com perspectiva de estagnação do PIB em 2014, estimando um crescimento de 0,3% (Banco Central do Brasil), além das incertezas do modelo econômico a ser aplicado a partir de 2015, o mercado acionário hoje é volátil e

imprevisível, passa por uma forte queda nas ações das principais empresas brasileiras.

Fomentado essa tese alguns economistas afirmam que a expectativa de um ano com baixo crescimento econômico irá afetar o mercado de ações. Especialistas consultados, também afirmam que o mercado não deve apresentar um bom desempenho (Uol finanças, 2014).

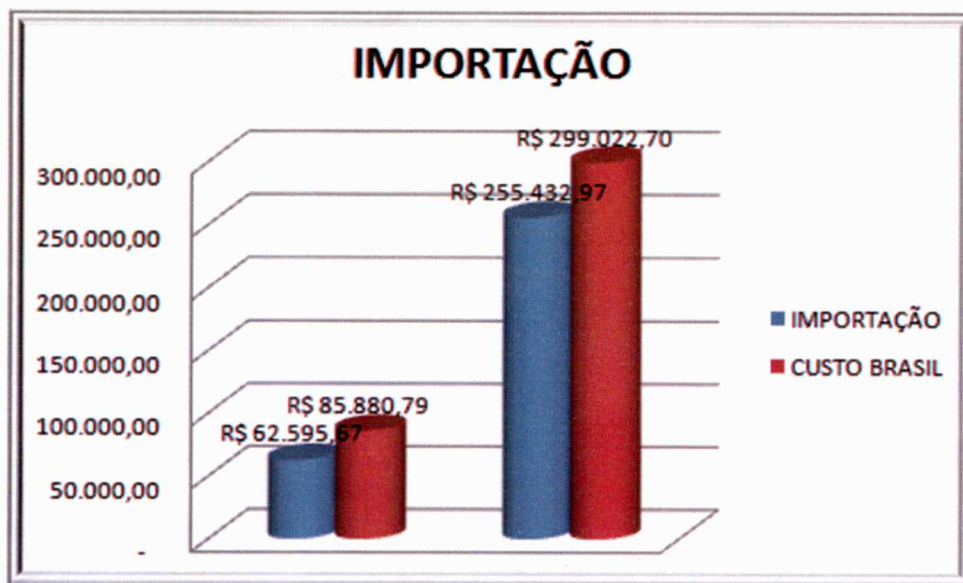
Esses fatores em conjunto com a necessidade da empresa analisada em obter resultados em curto prazo, fazem este investimento para o momento inadequado para o perfil/objetivo da organização.

4.1.4 Investimento em operação de câmbio

Apesar do momento econômico não propício devido a alta do dólar e do euro frente ao real, o câmbio é sem dúvida um mecanismo que pode ser utilizado como estratégia de contenção de custos e também como investimentos.

A empresa analisada se utiliza de recursos para manter-se atualizada quanto aos preços de materiais e equipamentos de grande porte, necessários para execução de seus projetos na área de eólica, além de receber informações importantes sobre o mercado de ações que influencia diretamente o câmbio diário. Com base neste conteúdo e o contato com fornecedores no exterior, a empresa recentemente realizou suas duas primeiras operações de importação, sendo a primeira uma máquina de grande porte aplicada na construção de parques eólicos, e a segunda referente a material para compor o ativo fixo da empresa. Abaixo o quadro demonstrando os valores e comparativos destas duas operações

Gráfico 09 – Comparativo importação

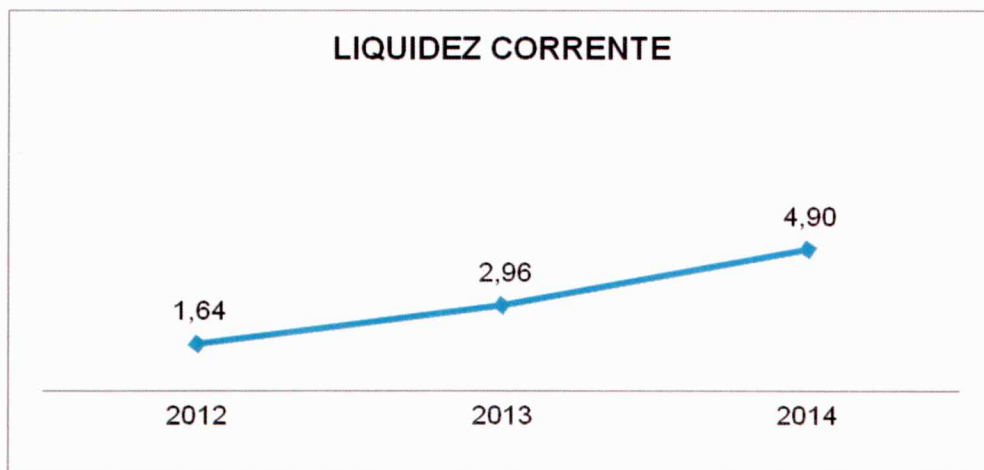


Fonte: Dados fornecidos pela Iberobras (2014)

O gráfico apresenta que na primeira importação a economia em reais foi de R\$ 23.285,12, correspondendo a pouco mais de 37% do valor gasto com a importação. A operação de importação foi fechada com o pagamento, através de remessa de câmbio, onde foi fechado o 1 euro à 2,99 reais. Na segunda operação a economia de R\$ 43.589,73, significa pouco mais de 12% de economia, sendo pago também com remessa de câmbio, onde 1 euro custou 3,137 reais.

4.2. Liquidez corrente

Gráfico 10 – Índice de liquidez corrente



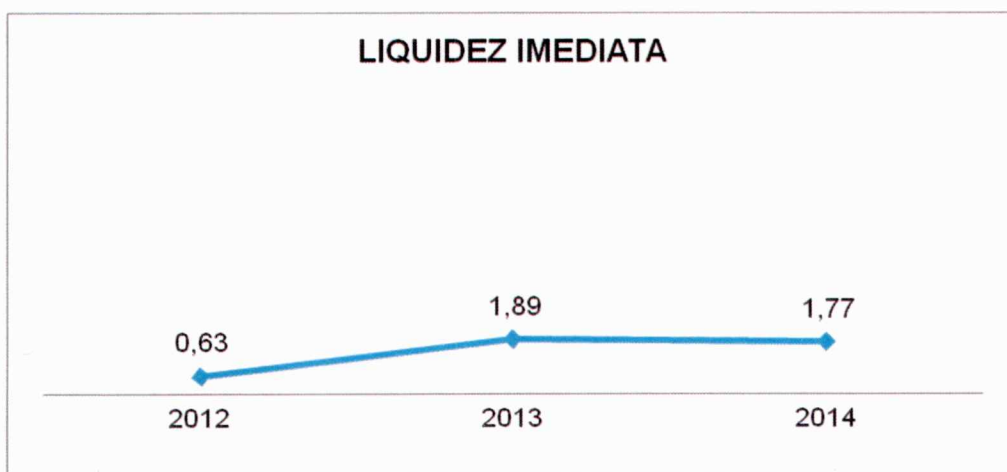
Fonte: Dados obtidos da DRE e Balanço Patrimonial (2014)

A liquidez corrente da Iberobras demonstra com base no gráfico, crescimento acentuado em seu índice, responsável por medir a capacidade da empresa em honrar seus compromissos em curto prazo. Em 2012 era de 1,64, ou seja, para cada real de dívida a empresa possuía 1,64 para pagar. Lembrando que foi em 2012 o ano de abertura oficial da empresa, o que pode ser considerado um bom resultado, uma vez que não teve sua funcionalidade no ano inteiro. Em 2013 já atuando de forma integral obteve índice de liquidez corrente de quase 3,00. Já em 2014, de forma parcial (até setembro), a empresa já se aproxima do índice 5,00, tornando em curto prazo uma empresa com ótima liquidez e capacidade de honrar seus compromissos.

O indicador revela um ótimo resultado em face principalmente de seus investimentos em aplicação financeira, representado no ativo circulante (disponibilidades), gerando uma boa estrutura financeira para empresa, e deixando-a preparada para eventualidades e saídas de caixa de alto valor, como por exemplo em casos de iniciar a execução de novos projetos de eólica, pois de início demanda uma alta quantia de recursos para começar a trabalhar.

4.2.1 Liquidez imediata

Gráfico 11 – Índice de liquidez imediata



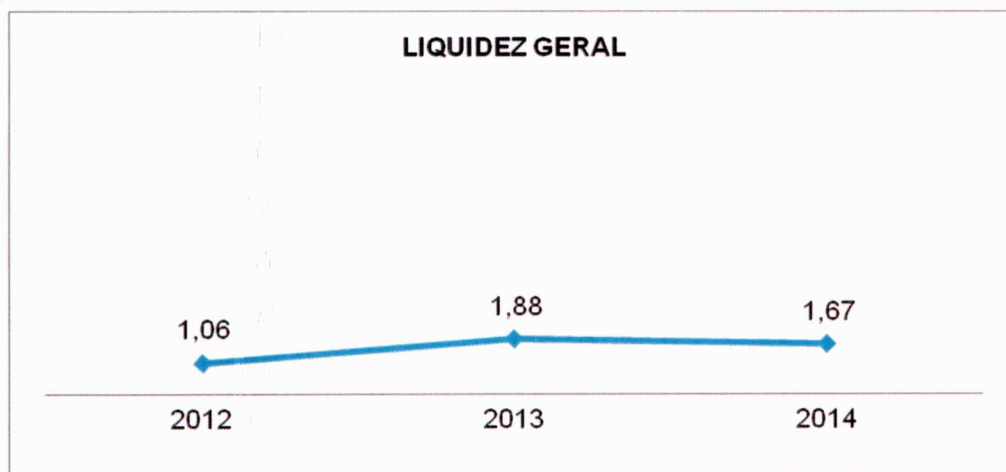
Fonte: Dados obtidos da DRE e Balanço Patrimonial (2014)

A liquidez imediata é ainda mais importante para o perfil desta empresa, pois também é considerando o ativo circulante, logo as disponibilidades a curto derivado dos investimentos em renda fixa, além disso, não considera o estoque para medir o

índice. Em 2012 o índice apresentava apenas 0,63, o que não é bom, porém em 2013 já registrou 1,89 de liquidez imediata. Em 2014 de forma parcial (até setembro), pois o ano ainda não foi finalizado, já apresenta indicador de 1,77, significa que para cada real de compromisso, a empresa possui 1,77 reais para honrar. Salientando também que não é considerado para o cálculo as contas e valores a receber. Analisado o balanço patrimonial foi identificada a predominância das disponibilidades, oriundas de investimentos em CDB como fator quase que exclusivo para cobrir todo o passivo circulante da empresa.

4.2.2 Liquidez geral

Gráfico 12 – Índice de liquidez geral



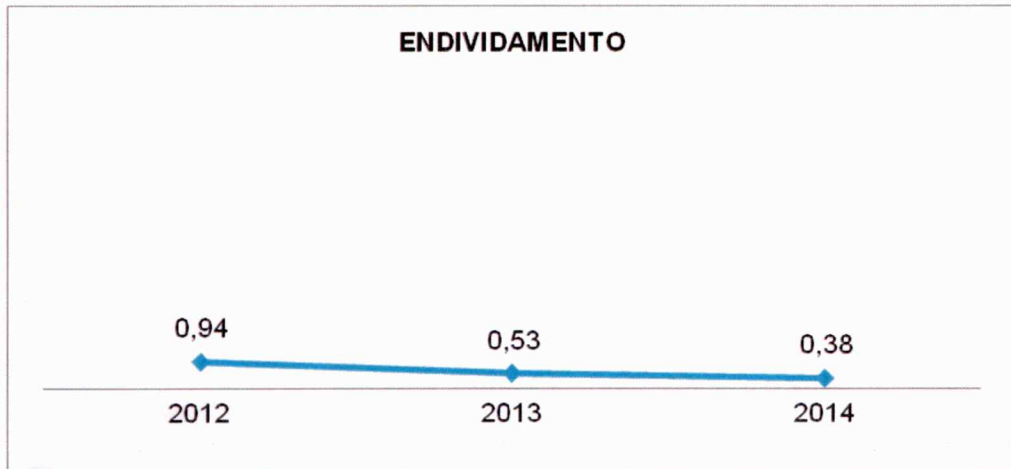
Fonte: Dados obtidos da DRE e Balanço Patrimonial (2014)

Analisado o gráfico acima, pode-se afirmar que a empresa possui índice de liquidez geral bom, inclusive nos três anos, além de demonstrar uma evolução de um ano para o outro, inclusive destacando o índice de 1,67 registrados até setembro de 2014, dando indícios, através dos balancetes de verificação que terminará o ano acima do 1,88 registrados em 2013.

A liquidez geral considera para o cálculo as obrigações em curto e longo prazo, sendo os indicadores positivos, significa dizer que a empresa apresentará um nível de baixo de endividamento.

4.2.3 Endividamento

Gráfico 13 – Índice de endividamento



Fonte: Dados obtidos da DRE e Balanço Patrimonial (2014)

O gráfico de endividamento que relaciona as origens dos recursos entre si, procurando retratar a posição relativa do capital próprio com relação ao capital de terceiros. A interpretação deste índice, isoladamente, é no sentido de que quanto maior, pior. No ano de 2012 a empresa apresentou índice de 0,94 considerado alto, porém explicável por ser o ano da constituição da empresa. A partir de 2013 notou-se a redução do índice, muito em função do aumento do patrimônio líquido, gerado pelo lucro obtido pelos serviços prestados. Até setembro de 2014, o índice de endividamento é de 0,38, considerado bom para a empresa.

4.2.4 Solvência geral

Gráfico 14 – Índice de solvência geral



Fonte: Dados obtidos da DRE e Balanço Patrimonial (2014)

O gráfico acima representa o grau de garantia que a empresa dispõe em ativos para pagamento do total de suas dívidas, onde quanto maior, melhor. Em 2012 terminou o exercício com 1,06, ou seja, para cada real de dívida, a empresa contou com 1,06 em ativos para garantir cumprimento da quitação. Em 2013 encerrou o ano com 1,88 de solvência geral, considerado bom, e por fim, parcialmente contabilizado 2014 (até setembro) o índice já alcançou 1,67.

4.3 Estratégia de desinvestimento

Assim como o gestor de investimentos precisa munir-se de informações e até mesmo de analisar o histórico do investimento a que se propõe adentrar, criando artifícios para embasar sua tomada de decisão, faz-se necessário que o mesmo cuidado seja priorizado no momento do desinvestimento de um projeto. Esta ação deve ser estudada antes mesmo da entrada no portfólio, pois, somente assim, evitará ocorrências que não estão na programação ou até mesmo situações emergenciais que resultem em grandes perdas para a empresa.

Na empresa estudada a estratégia para o desinvestimento é pautada especificamente no fluxo de caixa por meio de programação semanal, mensal e semestral do fluxo de saídas e quais as disponibilidades e fontes para cumprimento dos compromissos. Os investimentos em renda fixa, especificamente CDB são programados tendo como base as entradas e saídas de recursos (contar a receber e a pagar).

O gestor financeiro realiza o controle dos investimentos e do fluxo de caixa, por meio de softwer específico para este fim, havendo a necessidade de retirada de investimento antes de seu vencimento é analisa por meio de planilhas que auxiliam da tomada de decisão. A planilha analisa qual o CDB melhor se encaixa para a retirada, averiguando pela data de aplicação (que tiver a menor alíquota de imposto de renda), o valor da aplicação, dentre outros aspectos devidamente controlados pelo gestor financeiro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, o estudo de caso teve por fim o intuito de contribuir com a produção científica e acadêmica, diante da identificação, exposição e importância das estratégias corporativas na gestão de investimentos e desinvestimentos.

O mercado dispõe de diversos portfólios com variáveis meios de retorno ao recurso disponível para investimentos, todavia analisa-los superficialmente e decidir pela aplicação poderá acarretar em prejuízos para a empresa. Isso significa que o tomador de decisão do investimento precisa estudar minuciosamente a estrutura de contábil de sua empresa, e com base nisso definir que aspectos influenciarão no tipo de investimento a ser realizado, se é a curto, médio ou longo prazo; visando sempre à obtenção do resultado mais adequado ao que se planejou.

Diante esse conceito, a empresa utiliza-se de um modelo financeiro bastante eficaz, muito em função do rigoroso controle, mas principalmente programação do fluxo de caixa (entradas e saídas). Com isso, consegue estabelecer, por meio de estratégias, os investimentos, sem comprometer a capacidade de disponibilidade de recurso em curto e médio prazo, pois há de fato uma gestão que consegue conectar os investimentos com as saídas relativas aos fornecedores da empresa.

O investimento em renda fixa (CDB) sem dúvida é a melhor opção para a característica da empresa estudada e considerando as análises comparativas realizadas, o CDB é o que melhor se adequa a empresa, pois a rentabilidade está bastante atrativa, inclusive bem superior à inflação e alguns outros investimentos, como a poupança, e isso fortalece os indicadores de liquidez da empresa, como liquidez corrente, imediata e geral, uma vez que após 30 dias de aplicação já é possível à retirada com lucro.

A avaliação final é que a empresa se mostrou alinhada nas estratégias de investimento e desinvestimentos, considerando as características e os cenários que lhes favoreciam, gerando grandes resultados, principalmente nos dois últimos anos.

REFERÊNCIAS

Brasilenergy. Perfil do setor eólico potencia instalado no mundo até 2010. ZRIMAIA, Brasil, 2012. Disponível em: <<http://brazilenergy.com.br/portfolio/brazil-wind/perfil-do-setor/>>. Acesso em: 15 maio 2014.

Brazil Windpower. Feel the Wind in rio. Disponível em: <http://www.brazilwindpower.org/pt/>. Acesso em: 15 maio 2014.

Suapesquisa.Fontesdeenergia.Disponívelem:<http://www.suapesquisa.com/cienciastecnologia/fontes_energia.htm>.Acesso em: 16 maio 2014.

ABE eólica. Forças dos ventos. Associação Brasileira de Energia Eólica.2014. Nosso setor. Disponível em: <<http://www.portalabeeolica.org.br/>>. Acesso em: 17 maio 2014.

Carta Capital. Fontes renováveis. Fonte EPE. Redação Carta Capital, 14/06/2012. Disponível em:<<http://www.cartacapital.com.br/sustentabilidade/fontes-renovaveis-respondem-por-888-da-matriz-energetica-brasileira-diz-estudo>>. Acesso em: 17 maio 2014.

SGK Consultoria. Soluções. 2010. Disponível em:<<http://www.sgk.com.br/solucoes>>. Acesso em: 18 maio 2014.

BERNADETE, Maria. O Monopólio e o Oligopólio. Revista Virtual Direito Brasil – volume5,2011.Disponívelem:<<http://www.direitobrasil.adv.br/arquivospdf/revista/revis-tav52/ensaios/MO.pdf>>.Acesso em: 18 maio 2014.

AEE Eólica. **La referencia Del sector**. 13. Ed. Madrid: Sonia Franco, 2013.

BRASIL energia. **Renováveis-Eficiência-Consumo**. Ed. Brasil energia, 2014.

ZORATTO, Antonio. **Administração Financeira: Corporate Finance**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SOUZA, Alceu. **Decisões Financeiras e Análise de Investimentos: Fundamentos, técnicas e aplicações**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2001.

ASSAF NETO, Alexandre. **Finanças Corporativas e Valor**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

CATELLI, Armando. **Controladoria: Uma abordagem da Gestão Econômica**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 22.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

ANEXOS

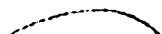
EMPRESA : IBEROBRAS CONSTRUCAO CIVIL E EMPREITADAS LTDA
CNPJ : 14.983.343/0001-09 NIRE : 24201.591800
LE:20.264.412-0

Página 215

Demonstração do Resultado de 01/01/2011 a 31/12/2013

Classificação	Nome	Saldo atual
02	RECEITAS	34.387.618,74
03.1	RECEITAS OPERACIONAIS	34.387.618,74
03.1.1	RECEITA BRUTA COM VENDAS E SERVIÇOS	34.357.618,74
03.1.2	(-) DEDUÇÕES DAS RECEITAS COM VENDAS E SERVIÇOS	(31.140.821,62)
03.3	= RECEITA LÍQUIDA COM VENDAS	33.217.197,12
04	(-) CUSTOS	19.748.626,48
04.1	(-) CUSTOS	19.748.626,48
04.1.2	(-) CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	19.748.626,48
04.3	= RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	13.468.570,64
04.2	(-) DESPESAS	4.806.216,89
04.2.1	DESPESAS OPERACIONAIS	2.911.837,97
04.2.3	(-) DESPESAS OPERACIONAIS FINANCEIRAS	733.470,35
04.2.4	(-) DESPESAS OPERACIONAIS TRIBUTARIAS	1.147.091,26
04.2.6	(-) OUTRAS DESPESAS	22.816,40
05	(-) RECEITAS FINANCEIRAS	216.399,87
05.01	RECEITAS FINANCEIRAS	216.399,87
05.01.01	RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	191.309,36
05.01.02	JUROS E DESCONTOS OBTIDOS	24.981,51
07	(-) DESPESAS IMDEBITIVAS NÃO OPERACIONAIS	200,96
08	= RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	8.877.846,08

Reconhecemos a exatidão da presente Demonstração do Resultado do Exercício



EMPRESA : IBEROBRAS CONSTRUCAO CIVIL E EMPREITADAS LTDA
CNPJ : 14.993.343/0001-09 NIRE : 24200591860
I.E.:20.264.412-0

Página: 220

Balanco Patrimonial em 31/12/2013

Classificação	Nome	Saldo atual
01	ATIVO	19.322.587,28
01.1	ATIVO CIRCULANTE	18.801.306,73
01.1.1	DISPONIBILIDADES	12.005.557,43
01.1.2	CLIENTES	5.818.453,54
01.1.3	OUTROS CREDITOS	444.930,28
01.1.6	DESPESAS DO EXERCICIO SEQUINTE	719.366,48
01.2	ATIVO NÃO CIRCULANTE	621.380,56
01.2.1	REALIZAVEL A LONGO PRAZO	2.043,00
01.2.2	IMOBILIZADO	430.298,26
01.2.4	ATIVO INTANGIVEL	22.210,19
01.2.6	CONTAS DE COMPENSAÇÕES	841,14
02	PASSIVO	19.322.587,28
02.1	PASSIVO CIRCULANTE	8.348.404,41
02.1.1	FORNECEDORES NACIONAIS	3.419.582,97
02.1.2	AD-ANTAMENTO DE CLIENTES	1.424.846,80
02.1.4	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E TERCEIROS	10.778,44
02.1.6	OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS	942.498,10
02.1.8	OUTRAS CONTAS A PAGAR	900,00
02.1.8	DIVIDENDOS PROPOSTOS OU LUCROS CREDITADOS	550.000,00
02.2	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	3.936.630,43
02.2.2	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	3.956.630,43
02.3	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9.017.632,44
02.3.1	CAPITAL	759.049,00
02.3.2	RESERVAS	9.327.843,08
02.3.4	PREJUÍZOS ACUMULADOS	(137.731,22)
02.3.6	AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	68.793,60

Reconhecemos e emitimos este Balanco Patrimonial em 31/12/2013, a vista dos documentos apresentados, cujo Ativo e Passivo importam R\$ (19.322.587,28) - (Dezenove Milões Trezentos e Vinte e Oito Mil Seiscentos e Oitenta e Sete Reais e Vinte e Oito Centavos), conforme nos páginas 220 e 220 do Livro Diário nº 2.

IBEROBRAS CONSTRUÇÃO CIVIL E EMPREITADAS LTDA
C.N.P.J.: 14.993.343/0001-09

ÍNDICES COM BASE NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIO 2013.

Índices de Liquidez

Os indicadores de liquidez são utilizados para avaliar a capacidade de pagamento da empresa, constituindo uma apreciação sobre se a empresa tem capacidade para saldar seus compromissos, podendo ser avaliada considerando o longo prazo, curto prazo ou prazo imediato. É interpretado em como maior, melhor. Valores acima de 1 são desejáveis.

O índice liquidez corrente avalia o curto prazo, dessa forma temos:

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} = \frac{18.801.306,73}{6.348.404,41} = 2,96$$

O índice de liquidez imediata avalia o prazo imediato:

$$LI = \frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Passivo Circulante}} = \frac{12.000.557,43}{6.348.404,41} = 1,89$$

O índice de liquidez geral avalia o longo prazo:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Não Circulante}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circ.}} = \frac{18.801.306,73 + 5.111.380,55}{6.348.404,41 + 3.956.630,43} = 1,88$$

Índices de Endividamento

Os indicadores de endividamento relacionam as origens dos recursos entre si, procurando retratar a posição relativa do capital próprio com relação ao capital de terceiros. A interpretação deste índice, isoladamente, é no sentido de que quanto maior, pior.

Quociente de Endividamento:

$$QE = \frac{\text{Passivo Circulante} - \text{Passivo Não Circulante}}{\text{Passivo Total} + \text{Patrimônio Líquido}} = \frac{6.348.404,41 - 3.956.630,43}{10.305.034,84 + 9.017.652,44} = 0,53$$

Quociente de Composição de Endividamento:

$$QCE = \frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Pas. Circ.} + \text{Pas. Não Circ.}} = \frac{6.348.404,41}{6.348.404,41 + 3.956.630,43} = 0,61$$

Índice de Solvência

O índice de solvência expressa o grau de garantia que a empresa dispõe em Ativos para pagamento do total de suas dívidas, onde quanto maior, melhor.

Solvência Geral:

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Total}} = \frac{19.322.687,28}{10.305.034,84} = 1,88$$